

Deserção

Rev. Angus Stewart

Tradução: Rev. José Antônio

Parte I

I Co. 7:15 fala da obstinada deserção física de um crente por seu cônjuge descrente: *“Mas, se o descrente quiser apartar-se, que se aparte; em tais casos, não fica sujeito à servidão nem o irmão, nem a irmã; Deus vos tem chamado à paz.”*

Muitos argumentam que *“não fica sujeito à servidão”*, que dizer que o crente apartado não está mais casado e então está livre para casar de novo. No entanto, existem insuperáveis problemas com esta visão.

Primeiro, o texto nada diz acerca de casar de novo, como tal. Casar de novo, enquanto o cônjuge está vivo, já foi estabelecido no contexto precedente. Duas e apenas duas opções são dadas para a pessoa divorciada: continuar separada ou reconciliar-se com seu cônjuge (v. 11). Outra coisa, ao fim deste grande capítulo acerca de cristãos solteiros ou casados, o apóstolo proíbe casar de novo enquanto o outro cônjuge estiver vivo (v. 39).

Segundo, Cristo ensina que o adultério é o único motivo para o divórcio: *“Eu, porém, vos digo: qualquer que repudiar sua mulher, exceto em caso de relações sexuais ilícitas, a expõe a tornar-se adúltera; e aquele que casar com a repudiada comete adultério”* (Mt. 5:32; cf. 19:9). Deserção não é causa para divórcio, porque Cristo permitiu apenas um motivo e não dois.

Terceiro, esta opinião apresenta o casamento como escravidão; e, marido e mulher como dois escravos em servidão. Porque, se o cristão desertado está habilitado a casar de novo, a afirmação *“não fica sujeito à servidão”*, quer dizer que eles já não estão mais casados. Agora, a Bíblia ensina que casamento é a união de uma *“só carne”* entre um homem e uma mulher (Gn. 2:24). Um pacto de companheirismo (Ml. 2:14), que ilustra a aliança de Cristo com sua noiva, a Igreja (Ef. 5:22-33). Por conta do pecado, o casamento pode ser experimentado como um tipo de escravidão. Portanto, se esta experiência, e não o casamento em si, é considerado em I Co. 7:15 como *“servidão”*, então, o texto estaria dizendo apenas que maior é o sofrimento de viver com um descrente, do que sofrer seu abandono. Então o texto não estaria dizendo em si nada acerca de desfazer aliança matrimonial, muito menos dando permissão para casar de novo.

Quarto, a Bíblia ensina que Deus desfaz a aliança matrimonial apenas na morte. “*A mulher está ligada enquanto vive o marido; contudo, se falecer o marido, fica livre para casar com quem quiser, mas somente no Senhor*” (I Co. 7:39). “*Ora, a mulher casada está ligada pela lei ao marido, enquanto ele vive; mas, se o mesmo morrer, desobrigada ficará da lei conjugal. De sorte que será considerada adúltera se, vivendo ainda o marido, unir-se com outro homem; porém, se morrer o marido, estará livre da lei e não será adúltera se contrair novas núpcias*” (Rm. 7:2-3).

A correta interpretação repousa no devido entendimento da expressão chave “*não fica sujeito à servidão*” (I Co. 7:15). Estes “*sujeitos à servidão*” são escravos e estão reduzidos à servidão. Crentes desertados nem sempre se fazem servos de seus respectivos cônjuges, nem se esforçam para reatar o relacionamento. Deste modo, “*não ficam sujeitos à servidão*” não quer dizer “*não ligados a tua esposa*”. Em inglês usamos palavras visual e sonoramente similares para “ligado” (*bound*) e “servidão” (*bondage*), porém, com significados bem diferentes. Os termos gregos que traduzimos “ligado” (vv. 27, 39) e “servidão” (v. 15), também são diferentes. A Palavra de Deus nunca descreve um santo matrimônio como “servidão”. “Servidão” é escravidão, ao passo que “ligado” fala de uma relação, aqui, do casamento, a união de uma só carne (vv. 27, 39). A versões RSV e a NVI da Bíblia, talvez tenham contribuído para uma incorreta interpretação de I Co. 7:15, por não terem traduzido mais claramente este versículo.

Diante do “*não fica sujeito à servidão*”, o crente desertado é chamado à “paz” (v. 15). Ele ou ela não deve se sentir culpado, envergonhado ou ansioso. O crente desertado foi abandonado pelo cônjuge descrente por causa de sua fé, e não fez nada errado e não tem do que se culpar. O filho de Deus, em tais circunstâncias, deve aceitar e submeter-se à providência divina, não procurando desesperadamente por seu cônjuge em todos os lugares. Acima de tudo, o crente tem paz com Deus através da justiça de Jesus Cristo (Rm. 5:1), e o fruto do Espírito é a paz (Gl. 5:22). Deus chama à paz os cônjuges cristãos que estão desertados, porque ele, em Jesus Cristo, é nosso noivo fiel que nos ama e supre todas as nossas necessidades. Ele está sempre conosco e jamais nos desampará.

No próximo artigo, consideraremos a tradição da Igreja na interpretação de I Co 7:15 e a deserção.

Parte II

Tendo mostrado no artigo anterior que I Co 7:15 não ensina que o crente desertado está livre para casar de novo, voltaremos nossa atenção para a tradição, na interpretação deste versículo. Aqui percebemos que diferimos dos Reformadores.

Contudo, de modo algum estamos sozinhos em nossa posição. Entre os comentaristas de I Coríntios que concordam conosco, estão homens de várias linhas teológicas: Bengel e Weiss (alemães), Godet (suíço), Grosheide (holandês), Albert Barnes e A. T. Robertson (americanos), Alfred Plummer, Gordon Fee e C. K. Barret (ingleses). Outros teólogos incluindo o congregacionalista Timothy Dwight e o batista W. E. Best.

Esta é também a posição histórica das Igrejas Anglicanas – como testemunhado no famoso voto matrimonial “até que a morte nos separe”— entre outras. Muitas igrejas Reformadas holandesas ao redor do mundo têm mantido também este testemunho. E mais, a Igreja Primitiva e Medieval foram quase unânimes em negar que a deserção possibilita casar de novo. O primeiro registro de dissidência do consenso católico foi por volta de 400 AD e o seguinte ocorreu cerca de 800 AD. Todos os sínodos da igreja, dos primeiros 1500 anos de sua existência, que trataram deste assunto, ensinaram apenas um motivo para o divórcio: adultério; e que casar de novo, enquanto o outro cônjuge está vivo é adultério.

Até onde pude descobrir, o ardente humanista, Erasmo, foi o primeiro em tempos modernos a quebrar o consenso católico-romano. Talvez os Reformadores, seguindo a opinião de Erasmo, reagiram em parte aos erros da visão católico-romana, de que o casamento é um sacramento. Em geral, aqueles que, erroneamente, vêem o pacto e, portanto, a aliança do casamento como um contrato, sejam exatamente aqueles que sustentam que ele é dissolvido pela deserção. Por outro lado, nós os que cremos que o pacto e, portanto, a aliança do casamento é a união ou elo de uma só carne (Gn. 2:24; Mt. 19:5-6), confessa que apenas Deus pode desfazer o pacto na morte (Rm. 7:2-3; I Co. 7:39).

Portanto, com base na Palavra de Deus, temos que discordar neste ponto da Confissão de Fé de Westminster (CFW), que permite novo casamento àqueles desertados pelo seu cônjuge e à “parte inocente” (CFW 24.5-6). Nosso apelo aqui a esta excelente Confissão é à própria Palavra de Deus: *“O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura”* (CFW 1.10).

Não somos os únicos a encontrar vulnerabilidade na CFW 24—“Do Casamento e Divórcio.” Muitos, se não a maioria das denominações presbiterianas discordam da CFW 24.4, que trata de graus de consangüinidade e incesto (e.g. O Manifesto das Igrejas Presbiterianas Reformadas da Irlanda, p. 70). Enquanto cremos que a Confissão equivoca ao permitir dois motivos

para o divórcio, a saber, adultério e deserção—CFW 24.6, quando Cristo permitiu apenas um (adultério—Mt. 5:32; 19:3), muitos presbiterianos e reconstrucionistas criticam esta Confissão por outro lado, já que eles permitem o divórcio por diversos motivos (e.g., “incompatibilidade”), assim como muitos fariseus (cf. Mt. 19:3).

Enquanto a CFW 24.5 permite apenas à “parte inocente” casar de novo, muitas igrejas presbiterianas discordam de sua Confissão, permitindo também à “parte infiel” um novo casamento. Outras igrejas presbiterianas, ao contrário, não casam nenhuma pessoa divorciada, seja “parte inocente” ou não, por conta da dificuldade em descobrir a origem da ofensa. Eles acreditam, pois, que a CFW 24.5 é impraticável.

John Murray, notável teólogo presbiteriano, aponta uma brecha na CFW 24.6. Este artigo da Confissão afirma que *“uma deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil”* dissolve o casamento e permite, conseqüentemente, casar de novo. Contudo, mesmo que I Co. 7:15 permitisse casar de novo após a deserção—o que não é verdade—isto seria apenas ao crente que tivesse desertado por decisão de seu cônjuge descrente. A CFW 24.6 permitiria que crentes ou descrentes desertados por cristãos professos casassem de novo, que é contrário até mesmo à interpretação errônea de I Co. 7:15.

A CFW 24.5 procura justificar o casar de novo da “parte inocente”, argumentando que isto é “como se a parte ofensiva estivesse morta”. Porém, a Escritura não reconhece qualquer conceito que permita casar de novo. A “parte ofensiva” está viva, caso contrário, não haveria necessidade para divórcio. Rm. 7:2-3—que a CFW 24.5 cita—e I Co. 7:39 afirmam que a pessoa está comprometida em matrimônio, a menos que o cônjuge dela esteja real e fisicamente “morto.” Casar de novo enquanto o outro cônjuge ainda está vivo não é legítimo (CFW 24.5), isso é adultério: *“Ora, a mulher casada está ligada pela lei ao marido, enquanto ele vive; mas, se o mesmo morrer, desobrigada ficará da lei conjugal. De sorte que será considerada adúltera se, vivendo ainda o marido, unir-se com outro homem; porém, se morrer o marido, estará livre da lei e não será adúltera se contrair novas núpcias”* (Rm. 7:2-3).

Parte III

É instrutivo notar que aqueles que defendem “novo casamento” para crentes desertados e “partes inocentes”, têm encontrado dificuldade para sustentar tal argumento. Lutero ao permitir a bigamia de Filipe de Hesse, criou uma situação escandalosa na cristandade de então. Um protestante italiano separou-se de sua esposa católico-romana, bem como de seus filhos, mudando para Genebra. Ele, um “crente”, deixou-a, uma descrente, ainda

assim Calvino o permitiu casar enquanto vivia a esposa dele. Os Reformadores, pois, não tiveram a palavra final na doutrina do matrimônio.

Tem aumentado em nossa “geração má e adúltera” (Mt. 16:4), igrejas cedendo bastante no tocante a casamento, divórcio e novo casamento. Congregações têm sido lideradas por ministros, presbíteros e diáconos divorciados, que casaram de novo. Pessoas divorciadas e em novo casamento vêm a Ceia do Senhor, e algumas vezes partilham à mesa na mesma congregação ou denominação. Em muitos lugares, vários motivos de divórcio são aceitos e não apenas o adultério. A permissão para casar de novo apenas para a “parte inocente”, além de anti-bíblica (Rm. 7:23; I Co. 7:39), é muitas vezes instável. Se a “parte inocente” está livre para casar de novo é porque o casamento em si está dissolvido. E se o casamento está dissolvido pela “parte inocente”, então é porque deve estar dissolvido também para a “parte infiel”. Porque então não pode a “parte infiel” casar-se, novamente? Muitas congregações e concílios não estão habilitados a sustentar este argumento. Mas talvez ainda mais persuasiva seja a percepção de que o ensino e prática da doutrina bíblica do casamento, divórcio e segundo casamento poderá significar grande perda de membros e uma profunda luta espiritual.

Esta abertura que se tem dado a doutrina do casamento, divórcio e novo casamento, tem crescido assustadoramente. É tempo para indivíduos, famílias e igrejas abraçarem a doutrina do casamento, ensinada por Jesus Cristo, o Noivo e Cabeça da Igreja.

No ataque à doutrina bíblica do casamento, divórcio e novo casamento, a grande verdade da inabalável aliança entre Cristo e sua Igreja tem sido atacada, a primeira refletindo na última (Ef. 5:22-33). O Pacto entre Cristo e sua Igreja é a eterna aliança, fruto da irresistível graça do Deus Poderoso, operada em nós pelo Espírito Santo. Nosso fraco pecado não pode quebrar esta aliança. Aliás, nem mesmo a morte. Porque Deus é imortal e nossa morte é uma passagem para a glória e a morte de Cristo é nossa redenção, santificação e glorificação (vv. 25-27).

Fonte (original): [Covenant Reformed News](#), Vol. 11, nº. 3-5.